

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 283.309 - PE (2013/0007602-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **TEC DISTRIBUIDORA LTDA**
ADVOGADOS : **MÁRIO GIL RODRIGUES NETO E OUTRO(S) - PE008319**
KUNIKO MATSUMIYA - PE018073
VANESSA TENÓRIO SANTOS MOURA - PE017089
AGRAVADO : **PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA**
ADVOGADOS : **CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES PESSOA E OUTRO(S) -**
RJ080572
CARLOS ALBERTO BARBOSA DE CASTRO CARVALHO DE
MEDEIROS - PE016403
MÁRIO AMORIM CONFORTI E OUTRO(S) - RJ125161

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

" APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PERDAS E DANOS, DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES, DENTRE OUTROS PEDIDOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE 'AD CAUSAM' DA PARTE SUPPLICANTE/RECORRENTE TENDO EM VISTA A BAIXA DO SEU CNPJ NA RECEITA FEDERAL. REJEITADA, À UNANIMIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 12, VII, CPC. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA PELA QUEBRA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. NÃO CONHECIDA, POR CONFUNDIR-SE COM O MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL. CLÁUSULA DE NÃO EXCLUSIVIDADE. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL. A FRUSTRAÇÃO DO NEGÓCIO DE DISTRIBUIÇÃO ENGLOBA O RISCO DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA. NEGÓCIO REALIZADO POR CONTA E RISCO DO DISTRIBUIDOR. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA FORNECEDORA PELA DECADÊNCIA FINANCEIRA DA DISTRIBUIDORA. CONDENAÇÃO NA VERBA HONORÁRIA. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE." (e-STJ, fl. 1.099)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 29/36).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 130 do Código de Processo Civil/73; 159 e 1056 do Código Civil/2002; artigos 1059 e 1265 do Código Civil de 1916; contrariedade a Lei Federal nº 9298/96, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) cerceamento do direito de defesa da parte ora recorrente, uma vez que era indispensável a realização de produção de prova pericial; b) *"é patente o descumprimento da Cláusulas Contratuais, gerando a procedência desta ação, na medida em que a RECORRIDA passou a fornecer seus produtos para outra distribuidora, a Cerealista Vieira Ltda, concedendo a mesma área de atuação da RECORRENTE"* (e-STJ, fl. 80) c) *"In casu, a RECORRENTE, além de ter sido vítima dos desmandos da RECORRIDA, ficando encurralada, sem saída e com dívidas, sequer pode continuar atuando no seu mercado, por estar com a sua imagem altamente abalada. Assim, ela faz jus à indenização pelo dano, também, moral"* (e-STJ, fl. 83); e d) *"cabe à RECORRENTE os danos emergentes correspondentes ao prejuízo líquido operacional, somado aos demais prejuízos, e aos lucros cessantes, a um parâmetro de um vinte avos do lucro da parte autora durante o contrato, até a data do efetivo pagamento"* (e-STJ, fl. 84).

Contrarrazões apresentadas às fls. 166/180.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

De início, o recorrente alega contrariedade a Lei Federal nº 9298/96, ocorre que não demonstrou quaisquer dispositivos que tenham sido violados pelo eg. TJ/PE. Assim, a ausência de indicação dos artigos tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional ficou, ou não, malferida, sendo de rigor a incidência do enunciado

sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HIGIDEZ DOS TÍTULOS. OFENSA AOS ARTS. 535, 165 E 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DECISÕES FUNDAMENTADAS NA ANÁLISE DAS PROVAS. SÚMULAS 5 E 7. [...]

2. O uso da fórmula aberta "e seguintes" para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente. [...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1124819/AM, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 03/06/2014, DJe 12/06/2014)

O Tribunal de origem concluiu pela inexistência de cerceamento de defesa, pois a prova pericial seria dispensável, considerando que o acervo documental, foram suficientes à elucidação da controvérsia, *in verbis*:

"Sob o argumento de que a recusa do magistrado de 1º grau em determinar a realização de perícia judicial prejudicou a defesa do seu direito, reclama a recorrente pela nulidade da sentença. Neste lanço, aduz que o procedimento pericial é indispensável para a apuração dos prejuízos sofridos pela concorrência desleal instaurada no contrato de distribuição em exame. Acrescenta, ainda, o episódio do falecimento de um bebê de três meses que teria consumido leite Glória fabricado pela requerida/apelada, que assevera estar estragado. Assim, considerando que foi determinada a retirada das prateleiras de todas as caixas de referido leite pertencentes ao Lote X-03, fabricado em 21.12.1997, argumenta a suplicante/apelante que houve uma considerável queda das vendas dos produtos, recaindo em grande prejuízo. Desta feita, pugna pela necessidade de apuração de tal ocorrência,

em face da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Tal assertiva não procede. Conforme noção cediça, o cerceamento de defesa é configurado quando a parte é impedida de fazer prova do seu direito, o que não restou comprovado, vez que em leitura aos autos, observa-se expressivo contexto documental. Ademais, o exame desta preliminar confunde-se com o próprio mérito da lide, que cuida de pedido de anulação de negócio jurídico cumulado com reparação de perdas e danos, com base em alegado desequilíbrio contratual." (e-STJ, fl. 1.1103)

Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide nas hipóteses em que o Tribunal de origem considera o feito devidamente instruído, reputando desnecessária a produção de provas adicionais para a decisão por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já comprovado documentalmente, como é o caso dos autos, em que o magistrado entendeu que a prova que a parte pretendia produzir não seria apta a comprovar o direito pleiteado.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. TESE RECURSAL. INOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA .

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. As questões de ordem pública, embora passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, não prescindem, no estreito âmbito do recurso especial, do requisito do prequestionamento.

3. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

4. Ao magistrado é permitido formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos, bastando para tanto que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento, de forma que a intervenção desta Corte quanto a tal valoração encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

5. Não há cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide que, de forma fundamentada, revolve a causa sem a

produção da prova requerida pela parte em virtude da suficiência dos documentos dos autos.

6. Agravo interno não provido."

(AgInt nos EDcl no AREsp 1173801/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 04/09/2018, - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. TENTATIVA. PÓS-QUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. DANO MORAL. VALOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 (art. 1.022 do CPC/15).

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento.

3. As questões que somente foram alegadas em embargos de declaração opostos ao acórdão de apelação cível traduzem tentativa de pós-questionamento, inadmissível. Incidência da Súmula n. 211 desta Corte.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, já foi revisada em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade na decisão agravada.

5. A revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente.

6. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1133717/MG, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018, - grifou-se)

Ademais, a verificação da necessidade de produção de quaisquer provas,

bem análise acerca do deferimento ou não de produção de provas enseja o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES E CONTRADIÇÕES NO ACÓRDÃO ESTADUAL. LAUDO PERICIAL. PERÍCIA COMPLEMENTAR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. É de ser afastada a existência de vícios no acórdão, tendo em vista que a matéria impugnada foi enfrentada de forma objetiva e fundamentada no julgamento do recurso, naquilo que o Tribunal a quo entendeu pertinente à solução da controvérsia.

2. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

3. A jurisprudência do STJ entende que a verificação da necessidade da produção de quaisquer provas, é faculdade adstrita ao magistrado, de acordo com o princípio do livre convencimento do julgador, e que a análise acerca do deferimento ou não de produção de provas enseja o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1125060/RN, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 24/04/2018, - grifou-se)

A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, verificou a existência de cláusula expressa prevendo que o distribuidor não teria exclusividade na comercialização dos produtos. Concluiu que não há embase jurídico para promover a anulação do contrato em voga, e ainda promover reparação indenizatória à distribuidora por perdas e danos e danos morais. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"Cuida-se, portanto, de contrato de distribuição comercial, contrato atípico, do tipo revenda de produtos onde o revendedor torna-se dono da mercadoria que o fornecedor lhe transfere, e a negocia com o consumidor em nome próprio e por sua própria conta. Para análise, necessário aplicar as normas gerais que

regulam os contratos, conjugado às cláusulas contratuais estipuladas pela partes. Vale frisar que o novo Código Civil, em compasso com esta modalidade de negócio, consagrou Capítulo específico sobre o contrato de distribuição e agência (arts. 710 a 721).

Consigne-se, de início, que inexistente cláusula prevendo o pagamento de comissões pela intermediação de negócios, vez que a remuneração da distribuidora consiste na diferença entre o preço da compra praticado pela fabricante e o preço de revenda realizado por ela distribuidora (cláusula 5, fl. 63). Tudo gira em torno da compra e venda de mercadorias (produtos alimentícios).

Neste norte, a distribuição é caracterizada pela compra dos produtos do fornecedor para posterior revenda, porquanto negócio realizado em nome próprio e por conta e risco do distribuidor. O lucro do distribuidor deriva então da diferença entre o preço de compra e venda dos produtos distribuídos, não havendo que se falar em remuneração paga pelo fornecedor.

In casu, o contrato de distribuição previa expressamente que o distribuidor NÃO teria exclusividade na comercialização dos produtos (cláusula 2.1, fl. 62), inclusive com delimitação da área de atuação (cláusula 2.2, fl. 62), sendo ainda vedado à distribuidora a comercialização de produtos iguais ou semelhantes aos fabricados e/ou comercializados pela fabricante (cláusula 6, fl.64).

A despeito da insurgência do recorrente, a possibilidade de estipulação ou não de área de exclusividade decorre de previsão legal (art. 27, Lei 4.886/651 e arts. 710 e 711, CC/2002) e sendo assim, não há que se falar em desequilíbrio contratual a embasar o pedido de nulidade do contrato.

Bem assim, é pertinente consignar que em 16.07.1996, já sob a nova administração da suplicada/apelada, porém ainda com o nome de Cia de Produtos Pilar, foi formalizado Contrato de Abertura de Crédito para fornecimento de Mercadoria, no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com garantia suplementar de penhor mercantil, e período de vigência entre 16.07.1996 e 17.07.1998 (fls.93/99). Antes do término deste, vale dizer, em 03.abril.1997, foi formalizado novo Contrato de Abertura de Crédito para Fornecimento de Mercadoria, este com o limite máximo de R\$ 582.357,00 (quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais), com prazo de vigência de vinte e quatro meses (03/abril/1997 a 03/abril/1999). Desta feita, em que pese todos os defeitos contratuais invocados pela recorrente, restou celebrado dois novos contratos de abertura de crédito dando seguimento ao negócio de distribuição.

Noutro aspecto, aduz a distribuidora recorrente que foi

prejudicada na revenda dos produtos quando do episódio do falecimento do bebê de três meses que teria consumido leite Glória fabricado pela requerida/apelada, que assevera estar estragado. Assim, considerando que foi determinada a retirada das prateleiras de todas as caixas de referido leite pertencentes ao Lote X-03, fabricado em 21.12.1997, argumenta a suplicante/apelante que houve uma considerável queda das vendas dos produtos, recaindo em grande prejuízo.

Cotejando o aduzido com a realidade fático-probatória, observa-se que quando da ocorrência de lamentável episódio (21.12.1997) a distribuidora recorrente já estava na celebração do segundo contrato de abertura de crédito, vale dizer, firmado em 03.abril.1997. Assim, não se pode imputar todo o fracasso da transação sub judice a esse fato, vez que se trata de contrato de distribuição, realizado em nome próprio e por conta e risco do distribuidor. Além disso, diversos eram os produtos alimentícios negociados, além do leite Glória.

Registre-se, por pertinente, que existia cláusula específica para "Rodízio de Estoque" (fl.66), em vista da do caráter perecível dos produtos comercializados.

Ademais, a presente lide é atrelada à Ação Cautelar de Sustação de Protesto (nº 0023333-04.1998.8.17.0001) movida pela distribuidora apelante, em face do contrato de distribuição em exame.

Com efeito, não há embase jurídico para promover a anulação do contrato em exame, e ainda promover reparação indenizatória à distribuidora suplicante/apelante por perdas e danos e danos morais. A frustração do negócio de distribuição engloba o risco da atividade empresária, e suas cláusulas estão em consonância com a legislação sobre o assunto." (e-STJ, fls. 1.006/1.007)

Nesse contexto, a pretensão de alterar tal entendimento, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, ensejaria a análise de cláusulas contratuais e reexame do acervo fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido, confirmam-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
DIREITO CIVIL.**

**CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO
COMERCIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E
DANOS. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU PELA VALIDADE DA
CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. REEXAME DE MATÉRIA
FÁTICO-PROBATÓRIA E CLÁUSULAS CONTRATUAIS.**

INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. INSTRUÇÃO DA INICIAL COM CONTRATO DISTINTO DA CONTROVÉRSIA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

*1. O Tribunal de Justiça, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, examinando o contrato de distribuição e representação comercial, concluiu que a "(...) i. julgadora de Piso deu correto deslinde a controvérsia ao reconhecer a extinção do feito pela Convenção de Arbitragem (fls.92 e 99) conforme cláusulas dos contratos acostados aos autos, pois as partes livremente firmaram a cláusula compromissória, elegendo para a solução de eventuais desacertos, a Câmara Internacional de Arbitragem de Hong Kong". **A pretensão de revisar tal entendimento, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria revolvimento de matéria fático-probatória bem como cláusulas contratuais, inviável em sede de recurso especial, conforme preconizam as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.***

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede também o exame de dissídio jurisprudencial, tendo em vista que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1255914/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 22/10/2019 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. ROMPIMENTO. UNILATERAL. DANOS MORAIS. HONRA OBJETIVA. OFENSA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral depende da demonstração de abalo à sua honra objetiva. Precedentes.

*2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem entendeu inexistir prova de que a recorrente, com a rescisão unilateral do contrato de distribuição, sofreu abalo na sua boa fama junto aos clientes. **Rever esse entendimento para acolher a alegação de que é devido o pagamento de danos morais dependeria de reexame de fatos e provas, o que atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.***

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 454.848/RS, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 10/04/2019 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO

DOS ARTS. 718 e 720 DO, CÓDIGO CIVIL DE 2002; E 27, "J", 34 E 42, § 3º, DA LEI 4.886/65. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA DO STF. AFRONTA AOS ARTS. 718 E 720 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. NÃO INTERPOSIÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/1973). ENUNCIADO 211 DA SÚMULA DO STJ. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. AVISO PRÉVIO. CUMPRIMENTO. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME CONTRATUAL E FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. Não havendo a devida demonstração de ofensa aos dispositivos legais apontados como violados incidente o enunciado 284 da Súmula do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar conteúdo contratual (Súmula 5/STJ), bem como matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Não tendo havido o prequestionamento dos temas postos em debate nas razões do recurso especial e não tendo sido apontada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015 (535 do Código de Processo Civil/1973), incidente o enunciado 211 da Súmula do STJ.

4. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

5. Não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal se, como no caso dos autos, não estiver comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1168918/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018 - grifou-se)

Por fim, a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser

inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO. RECEBIMENTO DOS DECLARATÓRIOS COMO AGRAVO INTERNO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. Ainda que comprovado o dissídio pretoriano, se a revisão do acórdão do colendo Tribunal de origem depender do reexame do contexto fático-probatório dos autos, fica inviabilizado o acesso à via estreita do recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional.

(...)

4. Embargos declaratórios recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento.

(EDcl no REsp 737.726/MS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 17/12/2013 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.

1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014 - grifou-se)

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator